

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 709/XII/2.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO QUE PROCEDA OBRIGATORIAMENTE À DISCUSSÃO PÚBLICA DE DECISÕES RELACIONADAS COM A REORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA NO SNS

Em julho de 2012, foi apresentado o Relatório sobre a Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência que preconizava o encerramento de mais de uma dezena de serviços de urgência no país. À época, o Ministro da Saúde referiu tratarem-se de documentos consultivos afirmando que nada estava decidido.

Não obstante, desde então por diversas vezes fomos confrontados com a constatação de encerramentos de serviços de urgência, sem que houvesse a adequada e necessária discussão pública sobre os processos em curso.

Para citar apenas alguns exemplos, refira-se o encerramento das urgências dos hospitais Júlio de Matos e Curry Cabral em Lisboa ou do encerramento das urgências noturnas do Hospital dos Covões, em Coimbra. Até ao momento reorganização é sinónimo de encerramento na linguagem do Governo.

No que concerne especificamente ao caso do Hospital dos Covões, que integra o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC), desde 28 de maio de 2012 que a urgência polivalente deste hospital passou a estar encerrada entre as 20h00 e as 9h00, ou seja, 13 horas por dia. A decisão de encerrar a urgência noturna deste hospital, que dá resposta a uma população de mais de 350 mil pessoas, oriundas de diversos concelhos de Coimbra

e Leiria, foi comunicada e nunca discutida nem esclarecida, apesar de diversas insistências nesse sentido.

De facto, a este propósito, o Bloco de Esquerda apresentou um requerimento junto da Comissão Parlamentar de Saúde para que fosse realizada uma audição com o presidente da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC). Esta audição foi rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS e a abstenção do PS.

O encerramento das urgências noturnas no Hospital dos Covões originou também uma pergunta do Bloco de Esquerda ao Governo, (Pergunta número 3105/XII/1ª, de 31 de maio de 2012). Não obstante o prazo regimental de resposta de trinta dias se encontrar claramente ultrapassado, o Governo nunca respondeu a esta questão. Na atual sessão legislativa, o Bloco de Esquerda voltou a questionar o Governo sobre o Hospital dos Covões (Pergunta número 86/XII/2ª, de setembro de 2012). Esta questão também não obteve resposta por parte do Governo.

A situação apresentada relativamente ao Hospital dos Covões é exemplificativa da falta de diálogo e clareza que tem pautado o processo de reorganização das urgências. Consideramos que o encerramento de um serviço de urgência implica obrigatoriamente a reorganização das equipas e serviços, originando uma sucessão de complexos problemas que exigem preparação minuciosa, atempada e ponderada que tem que ser debatida e conhecida.

O Bloco de Esquerda vê com preocupação esta constante nublosa que paira sobre a reorganização dos serviços de urgência. Quando o Governo não responde ciclicamente a questões colocadas, como sucede com o Hospital dos Covões, em nada contribui para o cabal esclarecimento dos processos de reorganização em curso.

Como diz o povo, quem não deve não teme. Portanto, se o Governo nada tem a temer, não é compreensível que mantenha arredado da discussão pública o debate sobre dos processos de reorganização de urgências em curso.

Assim, o Bloco de Esquerda recomenda ao Governo que qualquer processo de reorganização de serviços de urgência seja discutido publicamente, quer com os profissionais diretamente envolvidos quer com as populações servidas por estas unidades e também pela Assembleia da República, antes da sua concretização.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que qualquer processo de reorganização de serviços de urgência do SNS seja discutido publicamente, com os profissionais diretamente envolvidos, com as populações servidas pelas unidades em causa e também pela Assembleia da República, antes da sua concretização.

Assembleia da República, 3 de maio de 2013.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,